



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 557814 - SP (2020/0010660-9)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : E R DE M  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : E R DE M (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

**E. R. DE M.**, paciente neste habeas corpus, **deduzido de próprio punho**, alega sofrer coação ilegal por parte do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu liminarmente habeas corpus lá impetrado, por ausência de subscrição na petição inicial.

Neste *mandamus*, assere ter novos elementos de prova que, se tivessem sido analisados durante o processo, conduziriam à sua absolvição.

Ao receber a petição, que não contém pedido liminar, a Presidência desta Corte, dado o princípio da ampla defesa, solicitou informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau e determinou a intimação da Defensoria Pública, "a fim de que adote as medidas que entender pertinentes" (fl. 18).

As informações foram prestadas às fls. 26-30 e 35-58.

Devidamente intimada, conforme termos de ciência acostados às fls. 33 e 34, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo não se manifestou nos autos.

O Ministério Público Federal protestou pela abertura de nova vista dos autos após a manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

**Decido.**

**O writ não merece seguimento.**

Inicialmente, percebe-se que o impetrante/paciente busca sua absolvição através do exame de novas provas. Todavia, como sabido, "o habeas corpus não se presta para a apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita" (AgRg no HC n. 462.030/SP, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 13/3/2020).

Além disso, pelos documentos enviados pelo Tribunal de origem, verifica-se que a matéria trazida nesta impetração não foi examinada pela Corte local, o que também impede o conhecimento da irresignação, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço do habeas corpus.**

Por não estar o paciente assistido por advogado, intime-se a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com representação nesta Corte Superior, para eventuais providências que entender cabíveis.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator